



AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 005/2023

PREFEITURA DE DOIS RIACHOS

PROTOCOLO Nº 02130004/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: O presente procedimento tem por objeto o aviso de cotação de preços para contratação de oficinas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/componentes, quando houver necessidade, para os veículos oficiais (ônibus escolares) pertencentes a Secretaria Municipal de Educação do Município de Dois Riachos/AL, com quantidades e especificações prevista no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL

PRAZO FINAL

REGÊNCIA: ART. 75, LEI Nº 14.133/21

01/03/2023

07/03/2023

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência completo no site: www.doisriachos.al.gov.br do Portal de transparência da prefeitura ou enviar e-mail para compras@doisriachos.al.gov.br. O período de apresentação de propostas dos interessados é de 5 (cinco) dias úteis, considerando a eventualidade, sendo de 01 de março de 2023 a 07 de março de 2023.

MARIA CLÉCIA DA SILVA BEZERRA

Responsável pelo Setor de Compras Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL

Av. Miguel Vieira Novais, nº 100, Centro, CEP 57.560 -000

Fone: (82) 3620-1262



AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Dois Riachos/AL, por meio do setor de compras, receberá cotações, com o objetivo de pesquisa de preços no mercado para a regular composição de processo administrativo, cujo objeto é a contratação direta de **oficinas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva**, com fornecimento de peças/componentes, quando houver necessidade, para os veículos oficiais (ônibus escolares), com critério de julgamento pelo menor preço, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O presente procedimento tem por objeto o “**aviso de cotação de preços**” para **contratação de oficinas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva**, com fornecimento de peças/componentes, quando houver necessidade, para os veículos oficiais (ônibus escolares), que serão destinados a secretaria municipal de Educação, com quantidades e especificações prevista neste Termo de Referência.

1.1.1. Havendo mais de um “**lote**” faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O critério de julgamento adotado será o “**menor preço global**”, observadas as exigências contidas neste “**aviso de cotação de preços**” e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

2.1. O presente **aviso de cotação de preços** estará, disponível no site: <https://www.doisriachos.al.gov.br> ou através do e-mail: compras@doisriachos.al.gov.br.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos nesse “**aviso de cotação de preços**”, que estará disponível no portal da transparência do município ou através do e-mail acima.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste “**aviso de cotação de preços**” e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;



- 2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.
- 2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o envio de sua proposta de preços, na forma do item a seguir:
- 3.1.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do “aviso de cotação de preços”, através de publicação em diário oficial e disponibilização do aviso no site: <https://www.doisriachos.al.gov.br>, encaminhará, por meio de e-mail ou poderá ser entregue pessoalmente, nos horários de expedientes da prefeitura de 2ª a 6ª feira (em dias úteis), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço etc.
- 3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão, substituí-la ou modificá-la;
- 3.8. No envio da proposta, o fornecedor deverá enviar, às seguintes declarações:
- 3.8.1. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. DO ENVIO DAS PROPOSTA

- 4.1. A partir do primeiro dia útil da data estabelecida no “aviso de cotação de preços”, as empresas deverão acessar o site: <https://www.doisriachos.al.gov.br> do portal da transparência onde estará disponível o aviso com as condições da contratação e enviar suas propostas.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



- 5.1. Encerrado o prazo para envio das propostas será classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, quando concluída a negociação, o resultado será lavrado em uma ata/termo do procedimento da dispensa.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio de documentos complementares.
- 5.3.1. Além da documentação supracitada, a comissão julgadora poderá solicitar do fornecedor com a melhor proposta o envio de planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado na publicação, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



5.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “A”, “B” e “C” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica mantida pelo TCU (**Certidões APF**), vide **sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>**

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.



- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a autorização, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (**Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;
- 7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos **artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21** e reconhece os direitos da Administração previstos nos **artigos 137 a 139** da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa)** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:
- 8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;



- 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do **subitem 8.1.1** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de **0,5% (por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos **subitens 8.1.1 a 8.1.12**;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos **subitens 8.1.2 a 8.1.7** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos **subitens 8.1.8 a 8.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no portal da transparência do município de Dois Riachos/AL.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos **subitens 9.2.1 e 9.2.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 9.11.2. ANEXO II - Declaração de menor;
 - 9.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial de Preços;

Município de Dois Riachos/AL, 28 de fevereiro de 2023

MARIA CLÉCIA DA SILVA BEZERRA
Responsável pelo Setor de Compras Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL
Av. Miguel Vieira Novais, n° 100, Centro, CEP 57.560 -000
Fone: (82) 3620-1262

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2023

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 02130004/2023

TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO DIRETA


HISTÓRICO


Contratação de oficinas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/componentes, quando houver necessidade, para os veículos oficiais (ônibus escolares) pertencentes a Secretaria Municipal de Educação do Município de Dois Riachos/AL

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021):

1.1. Contratação de oficinas especializadas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/componentes, quando houver necessidade, para os veículos oficiais (ônibus escolares) pertencentes a Secretaria Municipal de Educação do Município de Dois Riachos/AL, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:


ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS				
		Item	Peças	Quant.	V. Unit.	V. Total
01	Veículo: Ônibus Escolar, Marca Volkswagen, Placa: NMK – 4308 (VW 15.190 ODR, ORE3) 	Manutenção/Serviços				
		01	Soquete duas vias com terminal	02		
		02	Soquete lanterna lateral	05		
		03	Soquete universal sem luva 01 (um) polo	03		
		04	Terminal fio latão fema 6,3 mm	10		
		05	Whit lub super 300 ml	01		
		06	Abraçadeira plástica 30 cm x 3,6 mm	30		
		07	Bomba elétrica	01		
		08	Farol	01		
		09	Farol h4	02		
		10	Fita isolante	01		
		11	Lâmpada 20V 1 contato 1141	06		
		12	Lâmpada 24V 1 contato 53	12		
		13	Lâmpada 24V 2 contatos pino desigual	04		
		14	Lâmpada 24V H4 70/75W	02		
		15	Lanterna delimitadora	01		
		16	Lanterna dianteira super cristal	02		
		17	Lanterna lateral	02		
		18	Lanterna lateral	03		
		19	Limpa contato 300ml	01		
		20	Luva terminal fia latão fema	10		
		21	Silicone transparente acético	02		
		22	Estopa para limpeza	05		
		23	Fusível lâmina 10AH	10		
		24	Fusível lâmina 15AH	10		
		25	Relé pisca transist. 24V	01		
		26	Soquete dois contatos lanterna lateral	05		
		27	Catraca freio	02		
28	Catraca freio traseiro direita esquerda	02				


29	Engraxadeira curvo 90x10mm	04				
30	Guarda pó	01				
31	Dispositivo relativo com cola direita	06				
32	Dispositivo relativo com cola esquerdo	06				
33	Chave de roda 32x33 com cabo	01				
34	Cinto de segurança	15				
35	Espelho roda dianteira direção traseira e esquerda	02				
36	Espelho roda dianteira direção traseira e esquerda	02				
37	Lanterna traseira inf. Esq. refletiva	01				
38	Terminal bateria sapão	02				
39	White lub super 300 ml	02				
40	Cola para-brisa 310 ml	01				
41	Óleo motor 15w40 max 2 turbo CH 20 litros	01				
42	Óleo engrenagem hipoide 85w140 GL5 20L	01				
43	Óleo engrenagem 80w 20 L	01				
44	Bateria 150Ah	02				
	Item	Serviços	Quant.	V. Unit	V.Total	
	01	Serviço elétrico	13,50 HR			
	02	Serviço de capotaria	0,50 HR			
	03	Serviço para-choque dianteiro	6,50 HR			
	04	Substituição chapa lateral	3,50 HR			
	05	Substituição cinto de segurança	1,50 HR			
	06	Lavagem pintura geral	2,20 HR			
	07	Serviço vistoria veicular	12,00 HR			
	08	Serviço de solda	3,50 HR			
	09	Substituição óleo motor /filtros	0,80 HR			
	10	Substituição óleo caixa de marcha	0,50 HR			
	11	Substituição óleo diferencial	0,50 HR			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS				
02	Veículo: Ônibus Escolar, Marca Mercedes - Bens, Placa: MYM - 5704 (OF - 1722).	Manutenção/Serviços				
		Item	Peças	Quant.	V. Unit	V. Total
		01	Rolamento roda traseira int.	02		
		02	Caixa satélite completa	01		
		03	Óleo motor 15w40 max 2 turbo CH4 20 L	01		
		04	Óleo engrenagem hipoide 85W140 GL5 20L	01		
		05	Filtro hidráulico	01		
		06	Soquete farol plástico	04		
		07	Arruela vedação alumínio	02		
		08	Buzina	01		
		09	Buzina 24V 123 mm	01		
		10	Chave limpador	01		
		11	Chave seta	01		
		12	Flange volante direção	01		





13	Lâmpada 24V H4 70/75W	04		
14	Lanterna lateral	02		
15	Filtro lubrificante	01		
16	Adesivo para motor	01		
17	JG lona freio traseiro	01		
18	Silicone	01		
19	Terminal direção dir.	01		
20	Whuite lub super 300ml	01		
21	Rolete patim	04		
22	Soquete farol	11		
23	Tubo nylon 8x6	01		
24	União tubo engate rápido	01		
25	Arruela trava roda traseira	02		
26	Filtro ar ext.	01		
27	Filtro de ar interno	01		
28	Filtro combustível	01		
29	Filtro combustível pé tanque	01		
30	Retentor roda dianteira	02		
31	Retentor roda traseira	02		
32	Abraçadeira frontec ny uv 300x7,6	20		
33	Disco de corte inox 4.1/2 AR102 classic NORTON	01		
34	Abraçadeira plástica	40		
35	Anel coluna direção	01		
36	Cabo flexível 2x1	06		
37	Catraca freio traseiro	02		
38	JG lona freio	01		
39	Mola patim dupla	04		
40	Mola patim dupla	02		
41	Reparo eixe S traseiro	02		
42	Rolete patim	04		
43	Trava rolete patim	08		
44	Abraçadeira RSF 14mm 32-44mm	02		
45	Abraçadeira RSF 57x76	02		
46	Abraçadeira RSF 13x19	02		
47	Tubo nylon 6x4	01		
48	Conexão tubo nylon 12mm	03		
49	União tubo nylon engate rápido 8mm	03		
50	Insert p/tubo nylon 12x9	06		
51	Insert p/tubo nylon 8x5mm	06		
52	União para tubo nylon 12mm	01		
53	Tubo nylon combustível / freio	01		
54	Arruela lisa 1/2	02		
55	Parafuso 12x60 aço 8.8	03		
56	Insert p/tubo nylon 6mm	02		
57	Conexão tubo nylon 6mm	01		
58	Porca SX 12mm CH19	05		
59	Pino centro mola 12x6 CB	01		
60	Pino centro mola 12x10 CB	01		
61	Estopa para limpeza	05		



		62	União tubo nylon engate rápido	02		
		63	Graxa rolamento 1 kg	04		
		64	Estopa para limpeza	08		
		ITEM	Serviços	QUANT.	V. Unit	V. Total
		01	Arqueação de molas	5,60 HR		
		02	Recuperar travessa chassis	13,70 HR		
		03	Serviço elétrico	11,50 HR		
		04	Substituição vidro janela	1,60 HR		
		05	Recuperar eixo S	3,00 HR		
		06	Serviço radiador	6,50 HR		
		07	Serviço intercooler	3,00 HR		
		08	Revisão preventiva	2,50 HR		
		09	Serviço roda	4,80 HR		
		10	Retirado/colocado radiador	2,50 HR		
		11	Substituição óleo motor/filtros	0,80 HR		
		12	Substituição óleo diferencial	0,50HR		
		13	Lubrificação de graxeiros	0,50 HR		
		14	Embuchamento eixos	2,50 HR		
		15	Substituição terminal direção	1,00 HR		
		16	Substituição barra de direção pequena	1,00 HR		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS				
03	Veículo: Ônibus Escolar, Marca Iveco, Placa: NMF - 8356 (IVECO CITY/CLASS).	Manutenção				
		Item	Peças	Quant.	V. Unit	V. Total
		01	Fusível lâmina mini 10 amperes	05		
		02	Lâmpada contato 300ml	01		
		03	Sensor preço map	01		
		04	Grampo mola	01		
		05	Porca grampo mola dupla	02		
		06	Bateria 150Ah	01		
		07	Bucha eixo traseiro dianteiro	02		
		08	Bucha suspensa dianteira	04		
		09	Terminal direção	02		
		10	Articulação direção	02		
		11	Mola patim freio	02		
		12	Pastilha freio traseiro	01		
		13	Disco freio traseiro	01		
		14	Reparo pinça freio	02		
		15	Óleo de freio	02		
		16	Pino guia feixe de mola	04		
		17	Cabo marcha	01		
		18	Cabo freio	02		
		19	Batente suspensa dianteira	01		
		20	Lanterna I/D	02		
		21	Terminal bateria sapão	02		
		22	Bomba elétrica	01		
		23	Fusível lâmina mini 20Ah	01		
		24	Silicone transparente acético	01		
		25	Fusível lâmina mini 20Ah	02		
		26	Silicone cinza	01		

		27	Dispositivo refletivo com cola direita	05		
		28	Dispositivo refletivo com cola esquerda	05		
		29	Macaco hidráulico	01		
		Item	Serviços	Quant.	V. Unit.	V. Total
		01	Serviço de desmontagem e montagem + verificação técnica	1,50 HR		
		02	Tarifa de selagem - Tacógrafo	1,00 HR		
		03	Tarifa de rolo - Tacógrafo	1,00 HR		
		04	Substituição de espelho de roda	1,20 HR		
		05	Serviço de vistoria veicular	12,00 HR		
		06	Serviço de suspensão dianteira	8,50 HR		
		07	Serviço de freio	5,20 HR		
		08	Substituição cabo de freio	1,50 HR		
		09	Substituição pneu	1,00 HR		
		10	Serviço elétrico	10,50 HR		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS				
04	Veículo: Ônibus Escolar, Marca Iveco, Placa: ORD - 8191 - (IVECO CITY/CLASS).	Manutenção				
		Item	Peças	Quant.	V. Unit	V. Total
		01	Chave de roda 32x33 com cabo	01		
		02	Dispositivo refletivo para-choque	01		
		03	Terminal bateria sapão	02		
		04	Limpa contato 300 mll	01		
		05	Bucha suspensa dianteira	03		
		06	White lub. Super 300 ml	01		
		07	Bateria 150Ah	01		
		08	Sapata freio com lona	01		
		09	Pino	02		
		10	Pastilha freio traseiro	01		
		11	Silicone alta temperatura	01		
		12	Cabo freio	02		
		13	Graxa automotiva 1/2kg	01		
		14	Buzina	01		
		15	Dispositivo refletivo com cola direita	11		
		16	Dispositivo refletivo com cola esquerda	11		
		17	Dollaro 0,80 azul marinho	5,10		
		18	Courvim escolar azul	12		
		19	Modulo caixa fusível	01		
		20	Bucha suspensa dianteira	06		
		21	Terminal direção	01		
		22	Bicha tirante suspensa dianteira	04		
		23	Bucha barra estab. Dt.	04		
		24	Pivô bandeja suspensão	04		
		Item	Serviços	Quant.	V. Unit.	V. Total
		01	Serviço alinhamento	1,20 HR		
		02	Serviço de balanceamento	1,20 HR		

		03	Serviço de cambagem	1,50 HR		
		04	Serviço troca de pneu	1,20 HR		
		05	Serviço elétrico	11,70 HR		
		06	Substituição pneu	1,50 HR		
		07	Desempenar eixo dianteiro	4,70 HR		
		08	Serviço de freio	3,80		
		09	Substituição cabo de freio	1,20 HR		
		10	Serviço de vistoria veicular	14,00 HR		
		11	Recuperação de bancos	9,80 HR		
		12	Diagnostico e identificação de falhas (SCANNER)	3,00 HR		
		13	Serviço suspensão	8,50 HR		
ITEM.	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS				
05	Veículo: Ônibus Escolar, Marca Iveco, Placa: ORK - 7087 (IVECO CITY/CLASS).	Manutenção				
		Item	Peças	Quant.	V. Unit.	V. Total
		01	Bateria 150Ah	01		
		02	Bucha silenciosa traseira mola	08		
		03	Filtro de ar	01		
		04	Filtro ar cabine	01		
		05	Filtro combustível	01		
		06	Filtro óleo	01		
		07	Pivô bandeja suspensa direção esquerda	04		
		08	Silicone alta temperatura	01		
		09	Bucha suspensa dianteira	06		
		10	Pivô bandeja suspensão	04		
		11	Terminal direção	02		
		12	Terminal direção	01		
		13	White lub super 300ml	02		
		14	Espelho retrovisor automotivo	01		
		15	Kit câmera	01		
		16	Bucha tirante suspensa dianteira	04		
		17	Bucha amortecedor dianteiro traseiro	02		
		18	Correia	01		
		19	Disco freio traseiro	02		
		20	Pastilha freio traseiro	02		
		21	Pastilha freio traseiro com pastilha	01		
		22	Retentor roda traseira	02		
		23	Bucha barra estab. dt	04		
		24	Bucha suspensa dianteira	04		
		25	Óleo freio DOT 4 500 ml	02		
		26	Parafuso 16x100 aço 8.8	01		
		27	Porca dodi loc	01		
		28	Bucha suspensa dianteira	10		
		29	Junta universal coluna direção	01		
		Item	Serviços	Quant.	V. Unit.	V. Total
		01	Alinhamento 3D	1,20 HR		
		02	Balanceamento digital	1,20 HR		
		03	Serviço cambagem	3,50 HR		
		04	Serviço feixe de mola	2,80 HR		
		05	Serviço barra direção	1,20 HR		

		06	Reparo instalação comunicação rede CAN	19,50		
		07	Serviço suspensão dianteira	8,50 HR		
		08	Substituição pastilha de freio	2,00 HR		
		09	Substituição pinça de freio	1,50 HR		
		10	Substituição cruzeta	1,50 HR		
		11	Serviço pneu dianteiro	1,20 HR		
		12	Diagnostico e identificação de falhas (SCANNER)	3,00 HR		
		13	Serviço elétrico	16,40		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS				
06	Veículo: Ônibus Escolar, Marca Mercedes - Bens, Placa: MYX - 2644 (OF - 1722).	Manutenção				
		Item	Peças	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
		01	Bateria 150Ah	02		
		02	Terminal bateria sapão	02		
		03	Reparo conexão engate rápido	04		
		04	Reparo válvula pedal	01		
		Item	Serviço	Quant.	V. Unit.	V. Total
		01	Serviço válvula pedal	2,20 HR		
		02	LAVAGEM PINTURA GERAL	2,20 HR		
		03	Lubrificação de graxeiros	0,50 HR		
		04	Teste em deslocamento	1,50 HR		

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021):

2.1. A Fundamentação da contratação, apêndice do presente termo de referência, encontra respaldo ao fato de que há necessidade de contratação dos referidos serviços, para o perfeito funcionamento dos ônibus utilizados pela secretaria municipal de educação e assim atender de forma comprometida as ações públicas, mediante revisão e conserto e/ou execução de regulagens e ajustes necessários e ainda, cumprir as determinações impostas pelo **Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997** e a **Resoluções do CONTRAN 05/98 e 14/98** que estabelecem parâmetros para a conservação destes veículos em circulação no território nacional.

2.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva se justifica face ao interesse público de executar-se a manutenção preventiva e corretiva dos ônibus da educação, para o desempenho regular das atividades praticadas no ambiente da educação, uma vez que os veículos oficiais devem estar em plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição dos serviços educacionais sempre que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos. Além disso, além da salvaguarda do patrimônio público, a referida manutenção também se torna necessária com vistas à segurança dos usuários dos veículos.

2.3. A contratação supracitada está prevista no **§1º, do artigo 1º, do Decreto nº 2.271, de 1997**, por ser considerado serviço auxiliar, necessário à Administração para o desempenho de suas atribuições, portanto passível de terceirização, cuja interrupção pode comprometer a continuidade de suas atividades.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021):

3.1. A pretendida licitação busca atender às demandas da contratação, considerando que os serviços em questão são imprescindíveis para o perfeito funcionamento dos ônibus da educação, fazendo-se



necessário, para manter o pleno funcionamento das atividades educacionais de forma que os serviços de manutenção ora solicitados, são extremamente importantes para manter os ônibus, em plenas condições de uso e segurança.

- 3.2. Dessa forma, a presente contratação está compatível com as normas vigentes, sendo realizada mediante a contratação direta, por meio de processo de dispensa de licitação, conforme **artigo 5º**, do **Decreto Municipal nº 06, de 31 de janeiro de 2022** e, subsidiariamente, de acordo com os ditames da **Lei nº 14.133 de 2021**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):

- 4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade previstos no **artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010** e nas **Instruções Normativas SLTI/MP ns. 01/2010 e 01/2014** e eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que couber, os seguintes atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente:

4.1.1.1.1. Que os itens do objeto deste certame deverão atender aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados, "normas técnicas" e elaboradas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**, eventualmente existentes, nos termos da **Lei 4.150 de 1962**.

4.1.1.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do **Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO** como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.1.1.3. Que os materiais ou peças (**óleo lubrificante, baterias, pneus, peças de reposição, dentre outros**) aplicáveis em automóveis devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.1.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva **RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)**, tais como **mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)**.

4.1.1.2. Nestes termos, deve-se:

4.1.1.2.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme **artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005**, e legislação correlata.

4.1.1.2.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme **artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005**, e legislação correlata.

4.1.1.2.3. Quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada,



mediante solicitação, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme **artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005**, e legislação correlata e;

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e”, 40º, §1º, II, da Lei 14.133/21).

- 5.1. O prazo de execução dos serviços será de **48(quarenta e oito) horas**, contados da data do recebimento da **Nota de Empenho “NP”** ou da **Ordem de Serviços “OS”** pertinente(s) aos serviços requeridos, em remessa única.
- 5.2. A execução dos serviços será iniciada, na forma que segue:
 - 5.2.1. Depois de autorizado o serviço pela Prefeitura através da expedição da **OS**, a **CONTRATADA** deverá iniciar os serviços no prazo máximo de **48h (quarenta e oito horas)**, e a terminá-lo no prazo indicado no orçamento, com tolerância de atraso de até **24h (vinte e quatro horas)**.
- 5.3. A comprovação das horas trabalhadas se dará através de um relatório diário com a assinatura de um servidor designado pelo Município.
- 5.4. Os serviços deverão ser efetuados em local próprio da **CONTRATADA** com o ferramental da empresa, com acompanhamento da efetivação dos serviços por um servidor designado pela Secretaria de Infraestrutura.
- 5.5. A **CONTRATADA** deverá possuir local apropriado para guarda e conservação dos veículos, devendo ser em área fechada e coberta, com total segurança e, ainda, abrigados do sol e da chuva em tempo integral, enquanto estiverem sob a responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 5.6. Deverá também dispor, quando da prestação dos serviços, de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para realização dos reparos, substituições e testes necessários.
- 5.7. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços através de profissional(is) qualificado(s), com curso técnico para as diversas atividades de manutenção, dentro de elevados padrões de qualidade e observando os procedimentos técnicos recomendados pelos fabricantes e legislação vigente sobre segurança do trabalho, devendo possuir certificação nas áreas de freios, reparo de motores e elétrica/eletrônica automotiva e áreas afins.
- 5.8. Será admitida a terceirização de alguns serviços especializados (pela **CONTRATADA**) que somente possam ser executados por profissionais ou oficinas altamente especializados, tais como: retífica, tornearia, borracharia, alinhamentos e balanceamentos entre outros.
- 5.9. Todos os serviços serão fiscalizados, auditados e conferidos a qualquer tempo, ou seja: antes, durante e após a conclusão dos serviços e até após a entrega da Nota Fiscal, podendo ser - também a qualquer tempo - rejeitado total ou parcialmente se identificado e comprovada a prática de desídia quanto à elaboração do orçamento ou execução do(s) serviço(s).
- 5.10. A **CONTRATADA** poderá submeter o serviço de montagem e desmontagem de pneus e balanceamento de rodas a terceiros, sem prévia autorização da Contratante, porém responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados.
- 5.11. Não será admitida a injustificada terceirização de serviço de cuja responsabilidade seja da **CONTRATADA**.
- 5.12. A Contratada deve possuir oficina bem estruturada, situada no máximo **100Km (Cem Quilômetros)** da sede do Município de Dois Riachos e, ainda:



- 5.12.1. possuir área útil disponível para receber, com segurança, simultaneamente, até **03 (três)** ou mais veículos para manutenção;
- 5.12.2. possuir os recursos essenciais para que os serviços prestados tenham a técnica/qualidade/presteza exigida para os padrões do fabricante dos veículos;
- 5.13. Todos os serviços serão obrigatoriamente garantidos pela **CONTRATADA** pelo prazo de **06 (seis)** meses, ou **10.000 km** rodados.
- 5.14. Além dos serviços de manutenção, a **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de geometria que estão compreendidos nos itens a seguir:
 - 5.14.1. A **CONTRATADA** deverá efetuar o ajuste da suspensão e cambagem de forma a garantir a segurança e a estabilidade do veículo.
 - 5.14.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer a Contratante, após a execução dos serviços de geometria nos veículos, um laudo técnico dos serviços executados, inclusive com os procedimentos propostos para a solução de outros problemas porventura detectados.
 - 5.14.3. A **CONTRATADA** poderá submeter o serviço de geometria a terceiros, sem prévia autorização da Contratante, porém responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados.
- 5.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

- 6.1. Para a execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá dispor, em suas instalações, de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, conforme preconizado pelo fabricante.
- 6.2. É responsabilidade da Contratada dispor em suas instalações, no mínimo, dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, conforme listagem abaixo:
 - 6.2.1. 1(um) equipamento eletrônico de rastreamento de problemas elétricos ou eletrônicos nos veículos;
 - 6.2.2. 1(um) equipamento de teste para análise de baterias;
 - 6.2.3. 1(um) equipamento para limpeza de bicos injetores;
 - 6.2.4. 1(um) equipamento para regulagem eletrônica de motores diesel e gasolina/álcool: scanner, teste de bico, ultrassom e multímetro;
 - 6.2.5. 1(um) equipamento para serviços de suspensão: prensa hidráulica, torquímetro e parquímetro;
 - 6.2.6. 1(um) equipamento para serviços de troca de correias: gabarito, relógio comparador e pistola de ponto.
 - 6.2.7. 1(um) carregador de baterias;
 - 6.2.8. 1(um) elevador elétrico para suspensão dos veículos com capacidade de carga de 4 a 6 toneladas, e ainda:
 - a) kit de aparelhos de medição, contendo, no mínimo, relógio comparador, paquímetro, micrômetro e taquímetro;
 - b) kit de material de lubrificação para as linhas leve e pesada;
 - c) kit de ferramenta, contendo, no mínimo, um jogo de chaves fixas, chave estrela, um jogo de chaves soquetes, saca polia, extratores, alicates, furadeira e bomba de lubrificação;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei 14.133/21)



- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
 - 7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
 - 7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
 - 7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



8.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei 14.133/21)

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1. **Habilitação Jurídica:**



- 9.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 9.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- 9.12.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 9.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 9.12.3. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**
 - 9.12.3.1. **prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**
 - 9.12.3.2. **prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - 9.12.3.3. **prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
 - 9.12.3.4. **declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno,** perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 9.12.3.5. **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
 - 9.12.3.6. **prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
 - 9.12.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
 - 9.12.3.7. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**
 - 9.12.3.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda



respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município.
- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da **Lei Orçamentária** respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Este Termo de Referência visa atender as exigências legais para o procedimento de aquisição através da dispensa de licitação, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este Termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, frustrem ou estabeleçam preferências.

Dois Riachos/AL, 13 de fevereiro de 2023.

Carlos Rubens Araújo
Secretário Municipal de Educação



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

ANEXO II - MODELO DE CLARAÇÃO

PROCESSO Nº 02130004/2023

MODELO - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº..... representada pelo(a) Sr(a).....declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o **Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal**, em cumprimento ao **Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93**, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de **18 (dezoito) anos** que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de **16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de **14 (quatorze) anos**.

Local e Data

(_____), / / .
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

Nome
CPF
Representante
RAZÃO SOCIAL
CNPJ



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2023

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº 02130004/2023

MODELO - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

NOME FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
CONTATO:	TELEFONE:
BANCO:	AGÊNCIA Nº:
CONTA BANCÁRIA Nº:	

Em atendimento ao aviso de cotação de preços nº. ____/2023 e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R\$ ____ [valor por extenso], conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
	COLOCAR CONFORME DESCRITO NO ANEXO I ITEM 1.1					

Validade da proposta:

Declaramos estar de acordo com todos os termos do aviso de cotação de preços e seus respectivos anexos.

Observações:

1. Emitir em papel que identifique a interessada.

Local e Data

(_____), / / .
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

Nome
CPF
Representante
RAZÃO SOCIAL
CNPJ